

# VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

## INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

## PANORAMA DAS PESQUISAS SOBRE OS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL (2014 A 2025)

Márcia Bueno GOMES (UFGD/CAPES)\*

Reilda GALEANO (UFGD)\*

Maria Alice de Miranda ARANDA (UFGD)\*

**RESUMO:** Este artigo apresenta os resultados de uma revisão de literatura sobre a produção acadêmica relativa aos Planos Municipais de Educação (PMEs) no Brasil, com ênfase nos processos de elaboração, aprovação, implementação e monitoramento desses instrumentos de planejamento. A análise abrangeu teses, dissertações e artigos publicados em periódicos científicos, totalizando quatorze trabalhos selecionados a partir de critérios de relevância temática e temporal. A leitura sistemática dos textos revelou a centralidade dos PMEs como arenas de disputa política, marcadas pela tensão entre prescrições normativas e dinâmicas locais, pela presença ambígua da participação social e pelos limites operacionais das gestões municipais. Os estudos analisados evidenciam tanto os avanços institucionais no campo do planejamento educacional quanto as recorrentes fragilidades técnicas, metodológicas e políticas que atravessam sua elaboração. Também se observou uma concentração geográfica das investigações em determinados estados e regiões, bem como a escassez de pesquisas em municípios de fronteira internacional.

**Palavras-chave:** gestão democrática da educação; planejamento educacional; Plano Municipal de Educação.

### 1 Introdução

O Plano Municipal de Educação (PME) é um instrumento de planejamento decenal que orienta os sistemas locais de ensino por meio de diretrizes, metas e estratégias. O documento reflete tanto o pacto federativo quanto as disputas locais em torno de concepções educacionais.

A formulação dos PMEs é um processo complexo, influenciado por múltiplas orientações técnicas e políticas (Oliveira; Nascimento; Militão, 2019). Essa etapa é também marcada por conflitos e tentativas de controle que desafiam a participação social e o debate democrático nos municípios (Garcia; Bizzo, 2018).

\* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação (FAED), da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), bolsista CAPES e técnica administrativa da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). (e-mail: marciagomes@uems.br).

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da FAED, da UFGD, Coordenadora Pedagógica, com vínculo efetivo na Prefeitura Municipal de Ponta Porã-MS. (e-mail: reilda\_galeano@hotmail.com).

\* Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Educação da FAED, da UFGD. (e-mail: mariaaranda@ufgd.edu.br).

# VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

## INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

Este estudo objetiva mapear e analisar a produção acadêmica sobre a elaboração dos PMEs no Brasil. O recorte temporal, de 2014 a junho de 2025, é delimitado pela Lei n.º 13.005/2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE) e estabeleceu o prazo para a adequação dos planos municipais. A sistematização desta produção visa compreender as abordagens teórico-metodológicas da área, reconhecer suas contribuições e identificar seus limites e potencialidades.

### 2 Aspectos metodológicos

Realizou-se uma revisão da produção acadêmica (artigos, dissertações e teses) sobre a elaboração dos Planos Municipais de Educação (PMEs) no Brasil, com recorte temporal de 2014 a junho de 2025. O período justifica-se pela vigência do Plano Nacional de Educação (Lei n.º 13.005/2014) e sua prorrogação (Lei n.º 14.934/2024).

A busca, realizada entre 18 e 20 de junho de 2025, utilizou as bases BDTD, Redalyc e o repositório da REPLAG. Nas duas primeiras, aplicaram-se os descritores “Plano Municipal de Educação” AND (“planejamento educacional” OR “gestão democrática da educação” OR “política educacional”). Na REPLAG, a seleção foi manual devido à ausência de filtros.

Foram incluídos estudos focados estritamente no processo de elaboração dos PMEs. Excluíram-se trabalhos de revisão, estudos sobre implementação ou avaliação, análises de outros planos (estaduais ou PNE) e menções superficiais sem análise empírica.

A busca inicial retornou 392 trabalhos. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão na leitura de títulos e resumos, o corpus final foi composto por 14 estudos: 9 artigos, 3 dissertações e 2 teses, que fundamentam a análise a seguir.

### 3 Teses e Dissertações: o que dizem sobre o tema em foco?

Foram identificadas e analisadas cinco pesquisas de pós-graduação que atenderam aos critérios de inclusão previamente definidos, sendo três dissertações de mestrado e duas teses de doutorado. Desenvolvidas entre 2016 e 2020 em universidades públicas brasileiras, essas produções investigam os PMEs sob



# VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

## INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

distintas perspectivas teóricas, metodológicas e geográficas, compondo um panorama plural e articulado dos desafios, dinâmicas e tensões que caracterizaram a elaboração dessas políticas em nível local.

O Quadro 1, a seguir, apresenta a síntese das informações centrais de cada estudo, incluindo tipo, autoria, recorte temporal, instituição e título da pesquisa.

Quadro 1 – Teses e Dissertações

Tipo	Autor, ano	Título	Recorte	Universidade
Dissertação	Melo, 2016	Plano Municipal de Educação: uma análise dos processos de construção no município de Várzea da Roça – Bahia	2013–2015	Universidade do Estado da Bahia (Uneb)
Dissertação	Aranda, 2018	A valorização docente na formulação do Plano Municipal de Educação de Dourados-MS (2015-2025)	2014–2015 (elaboração e aprovação; 2015–2025 (vigência)	Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Tese	Silva, 2019	A participação da sociedade civil no planejamento educacional: o caso do Plano Municipal de Educação em um município do sertão de Alagoas	2014–2015 (elaboração); até 2019 (análise); 2015–2025 (vigência)	Universidade Federal de Alagoas (Ufal)
Dissertação	Braga, 2019	O planejamento educacional em Mazagão-AP: um olhar sobre o plano municipal de educação no triênio (2015-2017)	2015–2017; com dados até 2019	Universidade Estadual do Ceará (UECE)
Tese	Alves, 2020	Estado e planejamento educacional no contexto do federalismo: o processo de elaboração dos Planos Municipais de Educação em Goiás	2014–2015 (elaboração); análise até 2020	Universidade Federal de Goiás (UFG)

Fonte: elaborado pelas autoras com base nas pesquisas levantadas (2025).

A diversidade regional da produção acadêmica é evidenciada por um conjunto de estudos que abordam a elaboração dos Planos Municipais de Educação (PMEs) em diferentes contextos. A análise inclui a pesquisa de Braga (2019) em Mazagão (AP); os trabalhos de Melo (2016) em Várzea da Roça (BA) e de Silva (2019) em Santana do Ipanema (AL); a investigação comparativa de Alves (2020) em cinco municípios goianos; e o estudo de Aranda (2018) sobre a valorização docente em Dourados (MS).

A análise revela conjunturas político-institucionais distintas que influenciaram a elaboração dos Planos Municipais de Educação (PMEs). O caso de Mazagão (AP), estudado por Braga (2019), é caracterizado pela descontinuidade administrativa e pela fragilidade do planejamento e monitoramento. Já o caso de

# VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

## INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

Santana do Ipanema (AL), analisado por Silva (2019), evidencia tanto a força da mobilização comunitária quanto a debilidade dos mecanismos institucionais para efetivar a participação social.

Na Bahia, Melo (2016) conduziu uma análise minuciosa sobre o processo de construção do PME de Várzea da Roça, enfatizando o papel das comissões locais e dos profissionais da educação no diagnóstico da realidade municipal. O estudo aponta para uma relativa autonomia da equipe elaboradora, ainda que subordinada às diretrizes do PNE, e evidencia a centralidade do regime de colaboração como horizonte normativo e prático, mesmo em um contexto de recursos escassos e disputas políticas locais. A pesquisa de Aranda (2018), por sua vez, assume um foco mais específico ao tratar da valorização docente no plano de Dourados, no Mato Grosso do Sul, analisando como esse tema foi incorporado no texto final e debatido nas instâncias deliberativas. O estudo demonstra que, embora presente de forma discursiva, a valorização docente foi tratada de maneira genérica e sem detalhamento orçamentário, revelando um distanciamento entre intenção normativa e efetividade do planejamento.

Com foco em cinco municípios de Goiás, a pesquisa de Alves (2020) investiga a elaboração dos PMEs sob a ótica do federalismo e do planejamento educacional. A principal conclusão do estudo é que a capacidade técnica e a cultura institucional local condicionaram os resultados dos planos, independentemente do seguimento formal das diretrizes federais. A análise aponta para dois modelos distintos: um mais estruturado e participativo (observado em Itaberaí e Luziânia) e outro centralizado, com baixa participação social e forte dependência externa (identificado em Minaçu e São Miguel do Araguaia).

Do ponto de vista temporal, todos os trabalhos se concentram no ciclo de elaboração dos PMEs entre 2013 e 2015, refletindo o cumprimento da Meta 20 do PNE. No entanto, algumas pesquisas estendem suas análises para os anos iniciais de vigência dos planos (2015–2025). Silva (2019), por exemplo, investiga o desdobramento das ações propostas até 2019, enquanto Braga (2019) analisa os limites na implementação das metas no município de Mazagão. Essa ampliação cronológica possibilita a avaliação tanto do processo de elaboração quanto das dificuldades iniciais na execução das propostas.



# VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

## INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

Em termos metodológicos, os cinco estudos adotaram abordagens qualitativas, baseadas em análise documental, entrevistas com gestores, professores e conselheiros, observação de reuniões e análise crítica de atas e planos. Suas conclusões, embora partindo de referenciais diversos, convergem em pontos-chave, como a crítica à padronização induzida pelo governo federal, o diagnóstico das assimetrias federativas como um obstáculo à autonomia local e a afirmação da participação social como um elemento fundamental para a legitimidade e eficácia dos planos.

Em relação aos temas abordados, observa-se uma multiplicidade de ênfases. Enquanto alguns estudos focaram a dimensão político-institucional da elaboração dos PMEs (Alves, 2020; Melo, 2016), outros priorizaram a análise da participação da sociedade civil (Silva, 2019) ou de temáticas específicas como a valorização docente (Aranda, 2018). A articulação entre elaboração e implementação também emergiu como preocupação relevante em Braga (2019), que apontou os riscos da elaboração formalista desvinculada da realidade orçamentária e da capacidade de gestão do município. Essas diferentes ênfases enriquecem o campo de investigação sobre os PMEs, permitindo visualizar a complexidade dos processos envolvidos na sua formulação e os múltiplos fatores que interferem em sua eficácia.

Por fim, cabe ressaltar que todas as pesquisas foram desenvolvidas em programas de pós-graduação vinculados a universidades públicas, o que reafirma o papel dessas instituições como polos de produção crítica sobre as políticas educacionais. A Uneb, UFGD, Ufal, UECE e UFG compõem o conjunto de instituições responsáveis pelos trabalhos analisados, evidenciando o envolvimento de diferentes regiões do país com a discussão sobre o planejamento educacional em nível local.

Esse conjunto de evidências permite afirmar que a produção acadêmica sobre os Planos Municipais de Educação, no período analisado, não apenas reflete os imperativos normativos do contexto educacional brasileiro, como também revela disputas simbólicas, tensões federativas, limitações operacionais e esforços democráticos que atravessam a formulação das políticas públicas no âmbito municipal.

# VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

## INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

### 4 Artigos em Periódicos: o que dizem sobre o tema em foco?

No tocante à produção veiculada em periódicos científicos, observa-se uma ampliação significativa dos debates sobre os PMEs, especialmente após a promulgação do Plano Nacional de Educação de 2014 (Lei n.º 13.005/2014), que estabeleceu prazo legal para que os municípios elaborassem seus planos decenais de educação. Ao todo, foram identificados e incluídos na presente revisão nove artigos científicos que atenderam aos critérios de inclusão estabelecidos. Tais estudos compõem o Quadro 2, apresentado a seguir:

Quadro 2 – Artigos

Autor, ano	Título	Recorte	Periódico
Ferreira, Antunes e Mendes (2015)	O Plano Nacional de Educação: desafios a partir da construção do Plano Municipal de Educação de Uberlândia	2013–2014	EccoS – Revista Científica
Borges e Conceição (2017)	Planos Municipais de Educação (PMEs): restrições políticas, econômicas e metodológicas no processo de elaboração e acompanhamento em municípios baianos	2001–2010; 2014–2017	Educação Unisinos
Garcia e Bizzo (2018)	O Processo de Elaboração dos Planos Municipais de Educação na Região do Grande ABC	2015–2016	Educação & Realidade
Scaff, Oliveira e Aranda (2018)	Planejamento educacional e poder local na elaboração dos planos municipais de educação	2014–2015	Quaestio
Oliveira, Nascimento e Militão (2019)	O processo de elaboração dos planos municipais de educação: saberes, diretrizes, políticas e práticas	2001–2010; 2014–2018	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação
Moreira e Melo (2020)	Plano Municipal de Educação de Rio Branco/AC (2015-2025): processo de elaboração, concepção e aprovação	2013–2015; 2015–2025	Regae: Revista de Gestão e Avaliação Educacional
Nascimento, Oliveira e Giorgi (2020)	A elaboração de Planos Municipais na perspectiva da análise institucional e abordagem do ciclo de políticas	2014–2015	Práxis Educativa
Assis (2024)	O planejamento participativo atravessado pelo gerencialismo: reflexões sobre a formulação de Planos Municipais de Educação	2014–2020	Jornal de Políticas Educacionais
Scaff (2024)	Elaboração, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação de Curitiba: do movimento à estagnação	2013–2022	Jornal de Políticas Educacionais

Fonte: elaborado pelas autoras com base nas pesquisas levantadas (2025).

Os artigos foram publicados ao longo da última década, com pico entre 2017 e 2020, e apresentam recortes empíricos diversos. Identificam-se estudos de caso focados em municípios específicos, como Uberlândia/MG (Ferreira; Antunes; Mendes, 2015), Curitiba/PR (Scaff, 2024) e Rio Branco/AC (Moreira; Melo, 2020).

# VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

## INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

Outros adotam uma abordagem multiterritorial e comparativa, analisando conjuntos de municípios na Bahia (Borges; Conceição, 2017) e em Goiás (Nascimento; Oliveira; Giorgi, 2020). A complexidade de contextos metropolitanos também é objeto de estudo, como na pesquisa sobre a região do Grande ABC (Garcia; Bizzo, 2018), que analisa as múltiplas escalas do planejamento local.

Do ponto de vista temático, emerge como problemática central a tensão entre os princípios da gestão democrática e as lógicas tecnocrático-gerencialistas que permeiam a elaboração dos Planos Municipais de Educação (PMEs). Assis (2024) oferece uma análise emblemática sobre as ambivalências e os limites impostos pelo gerencialismo ao planejamento participativo. Essa discussão é corroborada por Scaff, Oliveira e Aranda (2018), que ressaltam o papel dos contextos e do poder local como fatores determinantes para a implementação das diretrizes nacionais nos municípios.

A análise da elaboração dos PMEs revela também uma notável complexidade metodológica. Estudos como o de Borges e Conceição (2017) apontam fragilidades técnicas e políticas, incluindo diagnósticos deficientes, baixa mobilização social e a intervenção problemática de consultorias externas. Essa perspectiva é aprofundada por Oliveira, Nascimento e Militão (2019), que destacam como os embates de poder entre os diversos atores envolvidos moldam as decisões educacionais locais.

A natureza processual e cíclica do planejamento educacional também é um foco analítico. Estudos como o de Nascimento, Oliveira e Giorgi (2020) utilizam a abordagem do ciclo de políticas para compreender a elaboração dos PMEs como um processo não linear, marcado por múltiplos fluxos e sujeitos. Essa visão longitudinal é aplicada por Scaff (2024) na investigação do plano de Curitiba, que identifica suas transformações conceituais e institucionais desde a formulação até um estágio de estagnação.

A relação entre os PMEs e o PNE constitui outro eixo de análise relevante. Ferreira, Antunes e Mendes (2015) abordam os desafios na adequação do plano de Uberlândia às diretrizes nacionais, destacando fragilidades na apropriação local dos dispositivos do PNE. Por sua vez, Moreira e Melo (2020), ao analisarem o plano de Rio Branco, evidenciam tanto a influência normativa do PNE quanto as estratégias de adaptação local que tensionam e reconfiguram as metas nacionais.



# VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

## INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

Por fim, é importante destacar a centralidade da participação social como objeto de problematização. Garcia e Bizzo (2018) analisam a elaboração dos planos na região do Grande ABC, ressaltando a complexidade da articulação entre os sujeitos do território, os representantes da sociedade civil e os dispositivos institucionais disponíveis.

Em termos metodológicos, predominam nos estudos as abordagens qualitativas, baseadas em análise documental, entrevistas com atores-chave e observação participante. As análises são fundamentadas por referenciais da sociologia da educação, do ciclo de políticas, da análise institucional e dos estudos críticos, o que possibilita uma compreensão aprofundada dos contextos educacionais locais.

Concluída a presente análise, passa-se às considerações finais.

## 5 Considerações finais

Embora a maioria dos estudos reconheça avanços quanto à institucionalização de espaços participativos, também é consenso a constatação de que tais espaços são frequentemente capturados por lógicas burocráticas ou esvaziados de efetivo poder deliberativo. Em conjunto, os artigos analisados corroboram os achados das teses e dissertações discutidas anteriormente, ao evidenciar que os Planos Municipais de Educação constituem espaços de disputa, negociação e resistência. Eles são tensionados por interesses diversos e operam em contextos marcados por assimetrias federativas, descontinuidade institucional, precarização técnica e disputas sobre o sentido da educação pública. Ainda assim, configuram importantes instrumentos de planejamento e podem, quando efetivamente apropriados, contribuir para a construção de políticas educacionais mais democráticas, contextualizadas e comprometidas com a justiça social.

A partir desse levantamento, torna-se possível afirmar que a produção acadêmica sobre os PMEs tem avançado significativamente na última década, sobretudo no que diz respeito à compreensão dos processos de formulação em diferentes contextos municipais. No entanto, também se revelam lacunas importantes, como a escassez de estudos em municípios de fronteira internacional,

# VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

## INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

cujas especificidades geográficas, culturais e políticas tendem a gerar dinâmicas próprias no campo da gestão educacional.

### REFERÊNCIAS

ALVES, Edson Ferreira. **Estado e planejamento educacional no contexto do federalismo: o processo de elaboração dos Planos Municipais de Educação em Goiás.** 2020. 279 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia, 2020.

ARANDA, Flávia Paula Nogueira. **A valorização docente na formulação do Plano Municipal de Educação de Dourados-MS (2015-2025).** 2018. 178 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018.

ARANDA, Maria Alice de Miranda; RODRIGUES, Evally Solaine de Souza; MILITÃO, Sílvio Cesar Nunes. Monitoramento e Avaliação dos Planos Decenais de Educação: a produção do conhecimento no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, e69767, 2020. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/er/a/46d73Yqp37FbZtFzdbCMrgL/?lang=pt>. Acesso em: 27 jun. 2025.

ASSIS, Tauã Carvalho de. O planejamento participativo atravessado pelo gerencialismo: reflexões sobre a formulação de Planos Municipais de Educação. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 18, e92643, jan. 2024. Disponível em:  
<https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/92643>. Acesso em: 27 jun. 2025.

BORGES, Moacir Freitas; CONCEIÇÃO, Sérgio Henrique. Planos Municipais de Educação (PMEs): restrições políticas, econômicas e metodológicas no processo de elaboração e acompanhamento em municípios baianos. **Educação Unisinos**, v. 21, n. 2, p. 124-136, maio/ago. 2017. Disponível em:  
<https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2017.212.01>. Acesso em: 27 jun. 2025.

BRAGA, Magno dos Santos. **O planejamento educacional em Mazagão-AP: um olhar sobre o plano municipal de educação no triênio (2015-2017).** 2019. 103 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2019) – Universidade Estadual do Ceará, 2019. Disponível em:  
<http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=87752>. Acesso em: 27 jun. 2025.

FERREIRA, Jorgetânia da Silva; ANTUNES, Marina Ferreira de Souza; MENDES, Olenir Maria. O Plano Nacional de Educação: desafios a partir da construção do Plano Municipal de Educação de Uberlândia. **EccoS – Revista Científica**, n. 36, p. 29-47, jan./abr. 2015. Disponível em:  
<https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/5567>. Acesso em: 27 jun. 2025.

# VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

## INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

GARCIA, Paulo Sérgio; BIZZO, Nélio. O processo de elaboração dos Planos Municipais de Educação na Região do Grande ABC. **Educação & Realidade**, v. 43, n. 1, p. 337-362, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623668702>. Acesso em: 27 jun. 2025.

MELO, Ana Paula Nunes. **Plano Municipal de Educação:** uma análise dos processos de construção no município de Várzea da Roça – Bahia. 2016. 169 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação – GESTEC) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2016.

MOREIRA, Ana Luce Galvão; MELO, Lúcia de Fátima. Plano Municipal de Educação de Rio Branco/AC (2015-2025): processo de elaboração, concepção e aprovação.

**REGAE: Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, v. 9, n. 18, p. 1-18, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/2318133839969>. Acesso em: 27 jun. 2025.

NASCIMENTO, Tatiane Oliveira Santos; OLIVEIRA, Maria Eliza Nogueira; GIORGI, Cristiano Amaral Garboggini di. A elaboração de Planos Municipais na perspectiva da análise institucional e abordagem do ciclo de políticas. **Práxis Educativa**, v. 15, e2013790, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.13790.037>. Acesso em: 27 jun. 2025.

OLIVEIRA, Maria Eliza Nogueira; NASCIMENTO, Tatiane Oliveira Santos; MILITÃO, Silvio Cesar Nunes. O processo de elaboração dos planos municipais de educação: saberes, diretrizes, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 35, n. 2, p. 491-513, mai./ago. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21573/vol35n22019.91158>. Acesso em: 27 jun. 2025.

SCAFF, Elisangela Alves da Silva. Elaboração, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação de Curitiba: do movimento à estagnação. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 18, e92420, jan. 2024. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/92420>. Acesso em: 27 jun. 2025.

SCAFF, Elisangela Alves da Silva; OLIVEIRA, Marli dos Santos de; ARANDA, Flavia Paula Nogueira. Planejamento educacional e poder local na elaboração dos Planos Municipais de Educação. **Quaestio**, Sorocaba, SP, v. 20, n. 1, p. 133-147, abr. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.22483/2177-5796.2018v20n1p133-147>. Acesso em: 27 jun. 2025.

SILVA, Luciene Amaral da. **A participação da sociedade civil no planejamento educacional: o caso do Plano Municipal de Educação em um município do sertão de Alagoas**. 2019. 175 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Maceió, 2019.